

Por: Alberto Feiden,  
Denise Justino da Silva.

As primeiras experiências com modelos alternativos de agricultura ocorreram no início do século passado, sendo que o movimento passou a ganhar força a partir dos anos 60/70, com o nome de Agricultura Alternativa. Este movimento era a soma de diversos grupos distintos, com base em grande diversidade de conceitos e filosofias, todos eles tendo como princípio a busca de uma agricultura ecologicamente sustentável, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada e tecnicamente apropriada.



A partir dos anos 80 e 90, o mercado de alimentos orgânicos passou a se expandir à razão de 30 a 50%, atingindo atualmente um valor em torno de US\$ 40 bilhões. As causas para este aumento são, por um lado do aumento da consciência ecológica a nível mundial, materializada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Eco 92, e por outro devido a diversos problemas de contaminação de alimentos ocorridos na Europa. Entre este, a contaminação

do solo e alimentos pelas nuvens de radiação decorrente do acidente nuclear de Chernobil em 1986; a doença da “Vaca Louca” (Encefalopatia Bovina Espongiforme, BSE), a partir de 1996 na Inglaterra; a contaminação de leite por dioxina na Alemanha, França e Holanda em 1998; a contaminação generalizada dos alimentos por agrotóxicos. Estes acidentes causaram verdadeiros pânicos alimentares, levando os consumidores a procurar alimentos mais seguros.

Alimentos orgânicos são alimentos produzidos a partir de um sistema de produção que não se reduz a uma única cultura, mas leva em conta o conjunto das explorações da unidade produtiva, as interações entre si e com o ambiente do entorno. É baseado no



enfoque sistêmico, onde cada cultura ou exploração constitui um subsistema dentro de um sistema maior que é a propriedade, que por sua vez é um subsistema incluído dentro de um sistema maior, como a comunidade ou a microbacia. Na produção orgânica se privilegia a conservação ambiental como um dos componentes da produção, além de fomentar e destacar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica do solo.

Não é permitida a utilização de agrotóxicos tais como inseticidas, fungicidas, herbicidas, nem de antibióticos, hormônios e aditivos artificiais, ou de organismos geneticamente modificados (OGMs ou transgênicos) e a utilização de radiações ionizantes. Os controles de organismos que podem se tornar pragas ou doenças são manejados através de controle ambiental, práticas culturais e, eventualmente em casos de desequilíbrios extremos, utilizam-se pontualmente produtos de baixo impacto toxicológico.

Neste sistema de produção se procura maximizar a recirculação dos nutrientes e da matéria orgânica. Priorizam-se o uso de recursos naturais renováveis, principalmente os localmente disponíveis. Procura-se utilizar eficientemente a energia solar e os processos biológicos para diminuir a dependência por recursos não renováveis.

Visando incentivar o desenvolvimento deste sistema de produção, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, realizou no período de 23 a 30 de junho, em todo território nacional, a II Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos. No Mato Grosso do Sul, a semana foi organizada pela Comissão Estadual de Produção Orgânica (CEPOrg-MS) e em Corumbá foi Coordenada pela Embrapa Pantanal, Secretaria Municipal de Pecuária e Agricultura, Idaterra, UFMS e UCBD. Esta semana teve como objetivo o esclarecimento da sociedade em geral, e, mais especificamente, o consumidor urbano, sobre o que é produto orgânico e a importância de seu consumo.

Esta campanha visou, entre outras coisas, trabalhar a idéia do consumo responsável, que subentende um consumidor que considere, na hora de decidir pelos produtos que vai comprar, questões relacionadas à saúde humana, ao meio ambiente e a aspectos sociais, relacionados ao processo produtivo.

A concentração cada vez maior da população nas áreas urbanas aumenta o distanciamento entre quem consome e quem produz os produtos agropecuários. Esse



distanciamento dificulta que o consumidor urbano avalie a sua influência sobre o que e como se produz no campo.

Isto fica bastante evidenciado pelo forte aumento da demanda de certificações relacionadas a aspectos de saúde, ambientais e sociais, que vem acontecendo principalmente nos países mais desenvolvidos. Esse aumento é proporcional ao crescimento da consciência dos consumidores que nesses países possuem maiores níveis de escolaridade e de acesso à informação.

Embora não haja dados oficiais sobre a agricultura orgânica no Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento estima que área envolvida com produção orgânica chega a 8,6 milhões de hectares, incluindo o extrativismo sustentável, e envolvendo cerca de 20.000 agricultores. Já segundo o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), 500 mil hectares são cultivados com produtos orgânicos (excluído o extrativismo), sendo que o mercado brasileiro estimado entre de US\$ 150 milhões a US\$ 300 milhões ao ano, dos quais entre US\$ 100 milhões e US\$ 110 milhões, destinados ao mercado externo.

No Mato Grosso do Sul, a produção orgânica começou a ter impulso mais organizado a partir do Primeiro Seminário de Agroecologia no Mato Grosso do Sul, realizado em 2002, e que permitiu a união de esforços dos diferentes atores que atuavam de forma isolada no estado. Atualmente, existe um pólo de produção orgânica se consolidando na região da Grande Dourados, englobando os municípios de Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Nova Andradina, Rio Brillhante, Caarapó, Douradina, Itaporã e Juti. Outro pólo está iniciando no entorno da capital Campo Grande, principalmente em função da demanda de produtos orgânicos da capital. Além dos dois pólos, algumas iniciativas mais isoladas ocorrem em outros municípios do estado, enfrentando dificuldades devido ao seu isolamento.

Na região de Corumbá, ainda não existe produção orgânica certificada, no entanto como é uma região ecologicamente sensível, o sistema de produção orgânica é altamente indicado para esta situação. Além disso, existe certa facilidade para a conversão dos sistemas de produção existentes para o sistema de produção orgânica já que na maioria dos casos, não se usam intensivamente os insumos químicos que são proibidos nos sistemas orgânicos. Como os índices de produtividade regionais são relativamente



baixos, também não haverá grande redução de produtividade das explorações durante a transição, o que costuma acontecer temporariamente nos sistemas de alta produtividade, dependentes de insumos químicos.

---

Alberto Feiden ([feiden@cpap.embrapa.br](mailto:feiden@cpap.embrapa.br)), é pesquisador, Engenheiro Agrônomo. Denise Justino da Silva ([Denise@cpap.embrapa.br](mailto:Denise@cpap.embrapa.br)), é TNS, Jornalista. Ambos trabalham na Área de Comunicação e Negócios da Embrapa Pantanal.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO

FEIDEN, Alberto; SILVA, Denise Justiniano da. **Alimentos orgânicos: melhor para vida**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2006. 4p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.105.  
Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM105>>.  
Acesso em: 10 mar. 2007.